

XI ECOECO

VII Congreso Iberoamericano
Desarrollo y Ambiente

XI ENCONTRO NACIONAL DA ECOECO
Araraquara-SP - Brasil

A PERSPECTIVA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO ÂMBITO DOS RESÍDUOS
SÓLIDOS RECICLÁVEIS NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

Caio Ribeiro Monteiro (UFRRJ) - caioribeir Monteiro@gmail.com
Economista - UFRRJ, Agente de Pesquisa e Mapeamento - IBGE/RJ.

A PERSPECTIVA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO ÂMBITO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS RECICLÁVEIS NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO¹

MONTERIO, Caio Ribeiro²; MARTINS, Guilherme Weber³

¹ Monografia apresentada como parte dos requisitos obrigatórios para alcançar o grau de Bacharel em Ciências Econômicas

² B.Sc. em Ciências Econômicas, UFRRJ, Seropédica, RJ, caioribeirromonteiro@gmail.com

³ M.Sc. em Eng. de Produção, Professor Assistente do Departamento de Ciências Econômicas da UFRRJ (DeCE/ICSA/UFRRJ), Seropédica, RJ, guilhermeweber@gmail.com

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo analisar os efeitos da Política Nacional de Resíduos Sólidos no município do Rio de Janeiro, procurando identificar sua eficácia em promover o desenvolvimento do setor de resíduos sólidos recicláveis. São analisados os esforços do município do Rio de Janeiro, com base no marco legal e institucional da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) – Lei Federal n.12.305/2010 – que elenca responsabilidades ao setor público, ao setor privado e à sociedade, em se adequar a uma nova realidade, procurando entender, também, como essa política afeta outros agentes, como os catadores, empresas do setor de reciclagem e a própria sociedade civil. A natureza econômica e a relevância da reciclagem dos resíduos sólidos são abordadas, destacando-se, em seguida, os principais indicadores de resíduos sólidos recicláveis e indicadores econômicos do município, a fim de avaliar a administração municipal a luz das preocupações referentes ao meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável.

PALAVRAS-CHAVE: Desenvolvimento Sustentável; Resíduos Sólidos; Reciclagem; Políticas Públicas

INTRODUÇÃO

Muito se discute, recentemente, acerca do conceito de desenvolvimento sustentável originado nas Conferências Ambientais convocadas pela Organização das Nações Unidas. A emergência deste termo provém do processo acelerado de industrialização e urbanização vivenciado em grande parte pelas economias mundiais que modificaram sobremaneira o modo de vida e o padrão de consumo das pessoas. Uma série de abordagens teóricas pode ser encontrada na literatura econômica atinente ao desenvolvimento, inclusive com a agregação do adjetivo sustentável. Utilizamos, neste trabalho, o entendimento, que vem se tornando dominante na atualidade, de que, considerando-se todas as facetas do desenvolvimento, a prioridade máxima deve ser dada à sustentabilidade das atividades humanas (Sen, 2012). O princípio da resiliência tem que ser considerado nos processos econômicos, visando a capacidade de regeneração do recurso natural

e, por conseguinte, impedir que gerações futuras tenham restrições severas a esses bens.

METODOLOGIA

O objetivo deste trabalho, portanto, é analisar como os estudos econômicos evoluíram no entendimento das questões ambientais e nas propostas de mitigação dos impactos degradantes no meio ambiente, sobretudo, no que concerne aos resíduos sólidos. Para tanto, avalia-se o marco legal imposto pela Política Nacional de Resíduos Sólidos que estabeleceu a responsabilidade de um Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos Urbanos, verificando-se a viabilidade econômica da cadeia produtiva de recuperação de determinados materiais recicláveis, com base em um referencial teórico amplo e na análise de dados oriundos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2012), do Instituto Pereira Passos (IPP) e do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS).

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A análise apresentada fundamenta-se na concepção dada por Amartya Sen à ideia de liberdade como condição *sine qua non* ao desenvolvimento, justamente por considerar que a eliminação de privações de direito permite que os agentes econômicos tenham liberdade para ampliar capacidades e realizar funcionamentos fundamentais para alavancar o bem-estar da sociedade.

Além disso, em grande parte, utiliza-se do referencial teórico da Economia Ecológica por considerar que além do fluxo real e monetário circulante no sistema econômico, há também o fluxo de matéria degradada e energia dissipada inerente à transformação dos recursos naturais em bens e serviços, fator que afeta o estado geral do ambiente sem que haja devido cômputo deste impacto no sistema de preços. Nesta ótica, os materiais utilizados mesmo que altamente entrópicos, ainda possuem capacidade de retornar como matéria-prima à cadeia produtiva e ser útil novamente, causando, portanto, menos impacto na extração de matéria primária e na questão da disposição final.

O instrumental neoclássico da Economia Ambiental, apesar das profundas diferenças conceituais e filosóficas da anterior, oferece interpretações e soluções, ainda que não definitivas, para os problemas de gestão de resíduos sólidos. Principalmente por utilizar-se de políticas baseadas em incentivos, de cobranças e subsídios, e na orientação de estudos e pesquisas de análise dos fluxos materiais de seus produtos, visando reduzir o custo de oportunidade na utilização de materiais que sejam mais fáceis de serem segregados e recuperados pela indústria recicladora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão dos resíduos é complexa, notadamente, em razão da relação direta entre crescimento econômico e geração de resíduos. O atual paradigma econômico pautado no crescimento do Produto Interno Bruto, como principal medida de bem-

estar, pressiona cada vez mais a produção de matéria. Sabendo-se que os recursos naturais utilizados nos processos econômicos perdem relativamente a sua capacidade de realizar trabalho novamente, faz-se necessário aprimorar técnicas e tecnologias que facilitem a reutilização e reciclagem destes recursos.

A pesquisa aponta para o fato de que os benefícios econômicos da reciclagem são plenamente viáveis e que materiais que possuem alto custo de exploração primária, e participação significativa no ciclo de vida de uma série de produtos, tendem a ter uma eficiência de coleta maior que os demais materiais. Logo, seu dispositivo logístico reverso é mais eficaz tanto pelas empresas quanto pela cooperação dos catadores que veem nestes materiais maior liquidez no mercado. Ao se analisarem os dados, verifica-se o crescente peso no orçamento público para atender a gestão de resíduos sólidos urbanos, o que evidencia o elevado potencial de crescimento do setor voltado para a reciclagem.

REFERÊNCIAS

CECHIN, Andrei; VEIGA, José Eli da; **O Fundamento Central da Economia Ecológica**. In: MAY, Peter H (Org). Economia do Meio Ambiente: Prática e Teoria. 2ª edição. Brasil. Editora Campus, 2010.

FIELD, C. Barry; FIELD, K. Martha; **Introdução à Economia do Meio Ambiente**. 6ª edição. Brasil. AMGH Editora Ltda., 2014.

IPP. Instituto Pereira Passos. Prefeitura do Rio de Janeiro.

IPEA (2012). **Diagnóstico dos Resíduos Sólidos Urbanos: Relatório de Pesquisa**. Brasil. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Brasília – 2012. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/relatoriopesquisa/121009_relatorio_residuos_solidos_urbanos.pdf

SEN, Amartya Kumar. **Desigualdade Reexaminada**. Tradução e Apresentação de Ricardo Doninelli Mendes, 3ª edição. Rio de Janeiro: Record, 2012.